


## O golpe de 2016, as mulheres e o futuro da democracia: neoliberalismo, desigualdade e misoginia

*The coup d'état 2016, women and the future of democracy: neoliberalism, inequality and misogyny*

Sônia Weidner Maluf

 <https://orcid.org/0000-0002-9222-4348>  
Universidade Federal de Santa Catarina

**Resumo:** Este artigo analisa as dimensões de gênero do golpe de estado de 2016 no Brasil. Ele busca somar-se a outras tentativas de entendimento desse processo histórico, social e político e de um de seus aspectos centrais que foi o uso de discursos e práticas misóginas e o recuo que as políticas adotadas posteriormente à saída de Dilma Rousseff significaram nas conquistas e nos direitos das mulheres. A análise é desenvolvida a partir de quatro aspectos: o dispositivo da misoginia e seu uso nas campanhas pelo impeachment e nos discursos pronunciados no evento do sacrifício político de Dilma Rousseff; os efeitos do golpe sobre os direitos e políticas sociais, sobretudo aqueles dirigidos às mulheres pobres e negras; as convergências entre neoliberalismo e neofascismos no contexto político recente do país; a centralidade da perspectiva feminista na resistência contra o fascismo e o neoliberalismo e na luta pela democracia. A exclusão das mulheres dos espaços de poder, a perda de direitos conquistados, o empobrecimento da população feminina, o aumento da violência de gênero e das taxas de feminicídio, principalmente de mulheres negras, são abordados como aspectos centrais das motivações do golpe e do programa do fundamentalismo neoliberal e não como efeitos secundários dessas políticas.

**Palavras-chave:** Golpe de 2016. Mulheres. Neoliberalismo. Neofascismos. Feminismo.

**Abstract:** This article analyzes the misogynistic dimensions of the 2016 coup d'état in Brazil. It seeks to add to all attempts to understand this historical, social and political process, especially in one of the central aspects of the coup, which was the use of misogynistic discourses and representations and the retreat that the policies adopted after the departure of Dilma Rousseff meant in the achievements and on women's rights. The analysis is developed from four aspects: the misogynistic character of the impeachment campaigns and the speeches given in the event of Dilma Rousseff's political sacrifice; the effects of the coup on social rights and policies, especially those aimed at poor and black women; the convergences between neoliberalism and neofascisms in the country's recent political context; the centrality of the feminist perspective in the resistance against fascism and neoliberalism and in the struggle for democracy. The exclusion of women from spaces of power, the loss of conquered rights, the impoverishment of the female population, the increase in gender violence and rates of femicide, especially among black women, are addressed as central aspects of the motivations for the coup and the program of neoliberal fundamentalism and not as secondary effects of these policies.

**Keywords:** 2016 coup. Women. Neoliberalism. Neofascisms. Feminism.

Mais de três anos e diversos acontecimentos passados após a primeira apresentação deste texto<sup>1</sup>, as questões que ele levanta sobre o golpe de 2016 permanecem atuais, algumas delas se



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão da apresentação oral na mesa Velhas faces de um novo golpe, no Ciclo de Debates “O golpe de 2016 e o futuro da democracia”, realizada em maio de 2018 no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC. Desde lá, diversas análises do golpe na perspectiva de gênero foram publicadas, contemplando diferentes aspectos. O objetivo deste artigo é contribuir com a análise do golpe e da história recente do país, buscando compreender a articulação entre as questões de gênero e caráter misógeno do golpe de 2016 e as políticas neoliberais implantadas de modo acelerado no Brasil do pós-golpe em convergência com os neofascismos emergentes – e para isso o texto acabou assumindo uma abrangência quase programática desse conjunto de questões.

agudizando com a instalação de um novo governo que completa seu terceiro ano no final de 2021. Alguns dos fatos narrados, instalados na história presente como um tipo de trauma coletivo, ainda provocam dor e desconforto sempre que os lembramos – como a fatídica sessão da Câmara dos Deputados que aprovou o impeachment de Dilma. Do mesmo modo, as análises do golpe, no calor dos acontecimentos ou no recuo de mais de cinco anos transcorridos da instalação do processo de impeachment, são legitimamente impregnadas pelos sentimentos de indignação, perplexidade, raiva, tristeza e impotência. A velocidade e a violência dos acontecimentos ocorridos entre a posse de Dilma Rousseff e seu afastamento um ano e quatro meses depois e o aparecimento de um discurso político de ódio foram de uma brutalidade tal que em muitos momentos nossa capacidade de registro, representação e compreensão desses fatos e discursos ficou fragilizada. Os principais alvos desse discurso foram tanto partidos, organizações e lideranças políticas, entre eles os petistas e a esquerda em geral, lideranças de movimentos sociais, feministas, quanto segmentos inteiros da população, como pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, negros e negras, indígenas.<sup>2</sup> Como reação a esses acontecimentos, os espaços de debate, conversa, reflexão, organização, ação começaram a se multiplicar pelo país nas escolas e universidades, em movimentos sociais, sindicatos, coletivos autônomos, movimentos no campo da cultura. Um pensamento social crítico da urgência (nos campos da antropologia, da historiografia, da sociologia, da psicologia social, entre outros) começou a se produzir, através de publicações, ensaios, blogs, postagens nas redes sociais, junto com charges políticas, formas artísticas de resistência e engajamento, comédia política e outras formas expressivas, buscando dar conta da enorme catástrofe política e social que atingiu o país em todos os seus aspectos.

Este texto busca se somar a essas expressões e tentativas de entendimento desse processo histórico, social e político, principalmente em um dos aspectos centrais do golpe que foi o uso explícito de formas de violência política contra a presidenta Dilma Rousseff, o caráter misógino dos discursos e da campanha pelo impeachment e as perdas de direitos das mulheres que ocorreram como desdobramento direto da derrubada de Dilma. Meu argumento é desenvolvido em torno de quatro pontos: 1) O caráter misógino do golpe de 2016; 2) a perda e o retrocesso nos direitos das mulheres; 3) as confluências entre neoliberalismo e fascismo; e 4) a centralidade do feminismo na resistência, na luta pela democracia, por igualdade e por justiça social.

## Foi golpe e foi misógino

O caráter misógino do golpe de 2016 tem sido tematizado em diversos trabalhos, em geral escritos por feministas, de dentro ou de fora da academia. Um dos primeiros trabalhos, surgido na urgência política de 2016 foi o livro *Mídia, misoginia e golpe* (GERALDES *et al.*, 2016), com 53 entrevistas com professoras<sup>3</sup>, intelectuais, militantes e lideranças políticas, em que basicamente três perguntas foram feitas às entrevistadas: se o impeachment foi golpe, qual o papel da mídia nesse processo, e o quanto questões de gênero (e misoginia) estariam envolvidas no golpe. Após essa publicação inicial, diversos artigos, ensaios, análises foram publicados em órgãos de imprensa e periódicos acadêmicos, tendo como objeto as dimensões de gênero do golpe.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Judith Butler (2021) considera que o discurso de ódio nunca acontece como um ato isolado, ele sempre “evoca atos prévios e requer uma repetição futura para sobreviver” (p. 41). Ela utiliza essa questão como um alerta à individualização da responsabilidade (e conseqüente perda da historicidade desse discurso) e à judicialização, ou seja, a transferência ao Estado da decisão sobre o que pode ou não ser dito, com o risco de que este se volte contra os próprios movimentos sociais, como o movimento negro por exemplo. Essa é uma questão a ser debatida a partir da especificidade brasileira em relação aos modos com que os discursos de ódio se reproduziram e ganharam volume na conjuntura política recente, sobretudo enquanto instrumento utilizado a partir de uma tática política calculada de ocupação das redes sociais e da esfera pública como espaços de constante e repetitiva difusão desse discurso.

<sup>3</sup> Adotei neste artigo o feminino para me referir a sujeitos genéricos.

<sup>4</sup> Entre os trabalhos publicados, estão a coletânea *O golpe e a perspectiva de gênero* (RUBIM; ARGOLO, 2018), que traz uma análise bastante abrangente de diferentes aspectos das questões de gênero no golpe de 2016, como a relação entre as mulheres e o poder historicamente no país, os direitos conquistados nas últimas décadas, a presença de um discurso misógino desde a posse de Dilma, o caráter classista e misógino do golpe, entre outros. Tiburi (2016) analisa a “máquina

Minha contribuição a esse debate será a de tentar entender os diferentes aspectos da misoginia como instrumento e dispositivo político de exclusão, deslegitimação e subordinação das mulheres nos espaços de poder e da esfera pública e suas articulações com as políticas neoliberais, conservadoras e convergentes com os discursos neo e protofascistas em ascensão no país.

Apesar de ser bastante evocado pelas autoras e ativistas feministas e por diferentes analistas, o conceito de misoginia carece de uma definição mais precisa, e muitas vezes se confunde com machismo e patriarcalismo, ou aparece junto com outros “vetores de poder” (BUTLER, 1993, p. 29), como o racismo e a homofobia. Buscando escapar de uma individualização e mesmo psicologização do conceito, muito presente em situações que atribuem atos e discursos misóginos ao ódio ou à raiva masculina contra mulheres, Kate Manne (2017) elabora sobre a especificidade da misoginia como uma dimensão particular da hierarquia e da opressão de gênero. Mais do que simplesmente justificar as hierarquias sociais e políticas de gênero, a misoginia seria um dispositivo de produção dessas hierarquias e desigualdades e de controle e imposição de determinados lugares sociais às mulheres.<sup>5</sup>

A misoginia reproduz e reforça uma moralidade hierárquica e ao mesmo tempo ajuda a produzi-la. Como um dispositivo de produção e reprodução das hierarquias de gênero e de imposição de determinados lugares sociais às mulheres, e em consequência também como um modo de produção de subjetividades, a misoginia incorpora várias formas e dimensões heterogêneas do social: discursos públicos e privados, imagens e enunciados não-verbais, práticas institucionais, leis e normas, enunciados científicos, filosóficos e morais<sup>6</sup>. Entre essas diferentes e heterogêneas dimensões, há um leque que vai da afirmação positiva de determinados lugares sociais (como de mãe, cuidadora, reprodutora-criadora de outros seres humanos), que funciona como reiterada interpelação para as mulheres, a dimensões desumanizadoras (como as diversas formas de violência de gênero, o estupro e a tortura). Mesmo que perceptível muitas vezes em práticas discursivas e não discursivas de indivíduos, a misoginia opera como um dispositivo fundamentalmente social e garantido pelas instituições. Essa perspectiva sobre a misoginia como dispositivo estruturante do funcionamento das instituições políticas e dos poderes formais permite compreender diferentes cenas e acontecimentos políticos que marcaram o impeachment de Dilma e a eleição de Jair Bolsonaro.

Início com três cenas da escalada misógina da oposição ao governo Dilma, dentre centenas de outras que presenciamos já a partir do final de seu primeiro mandato, que tiveram como foco central sua “incapacidade” de estar no posto para o qual foi eleita e ilegitimidade em ocupar esse lugar de poder, pelo fato de ser mulher.

Primeira cena: na cerimônia de abertura da copa do Mundo, em 12 de junho de 2014, um

---

misógina” a partir do jogo de linguagem do poder, como discurso de ódio contra as mulheres. Também Chiarelli (2021), traz uma perspectiva de gênero do golpe enfatizando questões históricas da participação política das mulheres. A tese de doutorado em Estudos de Linguagem pela UFMT, de Perla Haydée da Silva, intitulada “De Louca a Incompetente: Construções Discursivas em Relação à Ex-Presidente Dilma Rousseff” (2021) analisa cerca de três mil postagens e comentários na página do MBL no Facebook relacionados à Presidenta Dilma.

<sup>5</sup> No último capítulo de seu livro, Manne analisa a misoginia como um dos motivos ou instrumentos da vitória de Donald Trump sobre Hillary Clinton nas eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos, mostrando atitudes de deslegitimação continuada da candidata e o cultivo de um sentimento de repulsa ou aversão contra ela. Para Manne, mesmo não sendo o único motivo da derrota de Clinton e consequente vitória de Trump, os discursos e práticas misóginos foram um dos aspectos centrais do resultado das eleições.

<sup>6</sup> Faço um diálogo aqui com a proposição de Foucault (1977) sobre o conceito de dispositivo como um conjunto heterogêneo (uma rede) de “discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, enfim, o dito e o não-dito” (1977, p. 299). Nessa entrevista, Foucault acentua o tipo de relação que pode existir entre esses elementos, entre o dito e o não dito e a “função estratégica dominante” do dispositivo em momentos e situações históricas dadas (idem). Essa formulação do dispositivo é útil para nos ajudar a elaborar teoricamente o conceito de misoginia e seus modos de operar enquanto dispositivo de produção de hierarquias de gênero. Estou aqui fazendo uma captura amplificada do conceito de dispositivo, pensando-o menos como uma dimensão específica ou contida em si mesma, mas como um modo de operar que pode se reproduzir em diferentes dimensões do social e das relações de poder e mesmo dentro de outro dispositivo (por exemplo, o dispositivo da misoginia como uma dimensão particular do dispositivo do gênero).

grupo de pessoas puxa um grito ofensivo e de caráter sexual à presidenta Dilma, que estava lá para participar da cerimônia de abertura. Esse grito ofensivo injurioso se estende para parte da plateia, que pagou de ingresso o custo individual de 4.600 reais. Meses depois, foi divulgado na mídia que a ofensa havia partido de um grupo de dirigentes do Grupo Itaú presentes no estádio, mas que naquela ocasião foi tomada pelos grandes meios de comunicação como a “voz do povo” (MENICUCCI; MARTINS, 2018, p. 145). Essa mesma violência e agressividade iria aparecer algumas semanas depois na campanha eleitoral da eleição presidencial na qual Dilma foi eleita para seu segundo mandato, através do tom agressivo e violento, extremamente desrespeitoso e sistematicamente misógeno com que seu principal adversário eleitoral, Aécio Neves, se reportava a ela durante os debates e mesmo nos programas eleitorais. Foi também o próprio Aécio que, contrariado com o resultado das urnas, conclamou as forças políticas antipetistas para uma oposição “incansável e intransigente” à presidenta, discurso que em março de 2015, apenas dois meses após a posse de Dilma para seu segundo mandato, é adotado oficialmente pelo PSDB, quando resolvem apoiar as manifestações antigoverno e fazer o governo “sangrar”.<sup>7</sup>

Segunda cena: na votação do impeachment na Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016, os votos pela saída da Presidenta Dilma eram dedicados à “verdadeira família brasileira”, aos filhos, às esposas, aos maridos e ao torturador de Dilma coronel Brilhante Ustra, este último na declaração do então deputado Jair Bolsonaro, que marcou fortemente o sentido de seu voto no louvor feito a um torturador e à tortura, no caso à tortura de uma mulher que naquele momento ocupava o mais importante cargo político do país: “pela memória do coronel Brilhante Ustra, o pavor de Dilma”.<sup>8</sup> Ali, aquele sobre o qual não se imaginava ainda que viria ser o presidente da República mostrava que algo muito estranho e imprevisto havia acontecido no campo político institucional do país. Como era possível, em uma sessão da Câmara dos Deputados de um país como o Brasil, alguém fazer a homenagem da tortura sem nenhum pudor, sem nenhuma sanção? O elogio ao torturador recoloca o dispositivo da misoginia na dimensão da desumanização do outro, na medida em que a tortura significaria, entre outras coisas, uma redução da pessoa a um corpo suplicável e matável. A homenagem ao torturador de Dilma busca reproduzir, na injúria moral, a dor e a ofensa da tortura física à qual Dilma foi submetida quando esteve presa durante a ditadura. Não é o mesmo ato, e nesse sentido cabe resguardar a diferença entre o enunciado discursivo e o ato físico da tortura.<sup>9</sup> O elogio ao torturador (e à tortura de Dilma) aparece como um discurso anexado a outro – o voto “sim” pelo impeachment, que, somado aos outros votos “sim”, produziu o efeito direto de dar andamento à retirada de Dilma da presidência. Pareceu haver uma intencionalidade, nesses sucessivos duplos enunciados dos deputados, de amalgamar os dois discursos, buscando deslocar para dentro do ato de retirada de Dilma (o voto no “sim”), a outra parte do discurso (elogio da tortura, elogio da família tradicional heteronormativa etc.) – buscando dar a essa outra parte a força de um ato tão eficaz quanto o da declaração de voto.

O ritual de sacrifício representado por essa sessão da Câmara dos Deputados foi um culto aos valores machistas e patriarcais, fundamentalistas, racistas, homofóbicos e colonialistas. Deputados foram votar com a medalha da maçonaria no pescoço, a confraria masculina da qual as mulheres estão excluídas, com a bandeira do Brasil nos ombros, com fitas verde e amarelas e cartazes com a frase “tchau querida”. Uma etnografia de performatividade política teria muito mais

---

<sup>7</sup> Em seu documentário “Democracia em Vertigem” (2019), a diretora e narradora Petra Costa, logo após a reprodução da cena com o discurso de Aécio diante do resultado eleitoral, indaga se ele tinha ideia do que se sucederia a partir de sua atitude de não aceitar o resultado das urnas.

<sup>8</sup> Posteriormente, como presidente da República, Jair Bolsonaro iria elevar o já falecido coronel torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra ao posto de marechal, juntamente com outros 100 generais do Exército. Além de ser um tipo de homenagem extinta em 1967, historicamente conferida a oficiais considerados heróis nacionais por comandarem tropas em conflito bélico, no caso de Ustra a homenagem pulou alguns graus na hierarquia, ao conferir o título de marechal a um coronel.

<sup>9</sup> Em sua análise sobre o discurso do ódio, Butler insiste na necessidade de se resguardar a diferença entre discurso e conduta/ato. Isso não significa que o discurso não seja em si um ato (ou prática, tal qual Foucault definiu), mas um ato que precisa ser analisado em sua especificidade (de prática/ato discursiva).

a desvendar sobre essa talvez não tão inusitada aliança política que se formou na sessão da Câmara em torno da aprovação do impeachment.

Na terceira cena, um dia após a vitória do impeachment na câmara, dia 18 de abril, a revista *Veja* publica uma matéria com Marcela Temer, a “quase primeira dama” nas palavras da revista, com a chamada “Bela, recatada e do lar”, fazendo uma verdadeira apologia da mulher-esposa, que conhece o seu lugar. A diferença entre “homem público” e “mulher doméstica” ganhava força retórica misógina na revista, para anunciar o desfecho de um dos mais importantes processos políticos da história recente do país: o golpe que retirou Dilma da Presidência e investiu seu vice. Essa matéria provocou enormes reações não só por parte de feministas, como de mulheres de diferentes camadas e profissões. Depois de tantas conquistas e avanços, mesmo que relativos, em relação aos direitos, políticas sociais distributivas, reconhecimento, ampliação dos espaços de autonomia e independência, não seria fácil mandar as mulheres saírem do espaço público, voltarem a seus lares e calarem a boca. Mas essa matéria da *Veja* é eloquente porque ela dialoga com a primeira fotografia do futuro governo Temer e seu ministério – um governo de homens brancos, da elite brasileira, os maridos das belas, recatadas e do lar.

A imagem positiva da “bela, recatada e do lar” produz, de um lado, o seu negativo, a imagem daquela(s) que está(ão) fora do lar, fazendo uma carreira em espaços de poder, e de outro esconde que o trabalho nesse “lar” é feito por outras mulheres, em sua maioria negras. Essas imagens funcionam como o que Patricia Hill Collins denomina imagens de controle, quando analisa os estereótipos relacionados às mulheres negras como formas de reprodução das hierarquias e desigualdades interseccionais, fazendo-as parecer naturais (2000, p. 69).

Essas são apenas algumas cenas de um inventário enorme de imagens, expressões, episódios que ajudaram a conformar tanto o contexto do processo de retirada da presidenta Dilma Rousseff quanto o próprio golpe que a destituiu, incluindo outras imagens fortes e expressivas de uma degradação enorme do debate político, como o adesivo de Dilma de pernas abertas colado nas aberturas de tanques de gasolina dos carros, simulando um estupro, ou as bonecas de Dilma penduradas e queimadas durante as manifestações pelo impeachment, numa alusão direta à queima das bruxas. Como se repentinamente tivéssemos no país milhares de candidatos a torturador, a inquisidor ou a estuprador, performatizando sua disposição na ostentação dessas imagens.

Já existe uma abundante e consistente reflexão nas ciências Humanas caracterizando os eventos de 2015 e 2016, cujo desfecho foi a retirada da presidenta Dilma, como um golpe de Estado parlamentar ou jurídico-parlamentar.<sup>10</sup> A ideia de que o golpe foi misógino, também já se consolidou no campo feminista, entre mulheres de dentro e de fora das universidades, entre ativistas de diversos movimentos e nas análises e pesquisas sobre o tema produzidas em diferentes áreas do conhecimento (ver nota 3). No entanto, nem toda a esquerda e as chamadas forças progressistas, democráticas e populares consideram esse um aspecto relevante para se compreender o golpe de 2016. As próprias respostas e reações à retirada de Dilma foram lentas e sem muita força por parte

---

<sup>10</sup> Essa produção inclui desde publicações, debates e mesas redondas e cursos universitários, alguns feitos imediatamente aos acontecimentos, a trabalhos de pesquisa de maior fôlego, incluindo artigos acadêmicos, livros, teses e dissertações, passados já mais de cinco anos do impeachment de Dilma Rousseff. Mesmo localizando diferentes retóricas políticas presentes no debate público em torno de como caracterizar o impeachment, se um processo legítimo e dentro da legalidade democrática, ou se um golpe de Estado, mesmo que não nos moldes clássicos de intervenção militar e uso da força, as análises acadêmicas feitas sobre os eventos de 2016 apontam majoritariamente para sua caracterização como um golpe de Estado, de cunho parlamentar ou jurídico-parlamentar (ver Martuscelli, 2020, e Napolitano, 2019, sobre as polémicas em torno da definição do impeachment). Sobre as análises do golpe de 2016, cabe destacar os trabalhos de Jinkings, Doria e Cleto (2016); Mattos, Bessone e Mamigonian (2016); Santos (2017); Alves et al. (2017; 2018); Miguel (2019); Galvão, Zaidan e Salgueiro (2019); Souza (2021); dossiês como o de 2016 da R@u, revista de antropologia da UFSCar, sobre “Antropologia do Impeachment” (Machado, 2016) e inúmeros artigos, teses e dissertações. Além disso, após a tentativa de proibição do curso sobre o golpe de 2016, ministrada por Luis Felipe Miguel na UnB, por parte do ministro da educação do governo Temer, inúmeras universidades do país ofereceram cursos sobre o tema, em abordagens interdisciplinares, entre elas Unicamp (SP), UFSC, UFSM, UFC, UFBA, UFES, entre outras instituições de ensino superior.

das forças políticas institucionalizadas, incluindo o Partido dos Trabalhadores, partido do governo e de Dilma Rousseff. Se muitos parlamentares de partidos de esquerda e centro-esquerda realizaram uma resistência ao processo de Impeachment na Câmara dos Deputados e no Senado, o PT e as demais forças de esquerda não conseguiram dar uma resposta pública vigorosa ao golpe, que já se anunciava desde o início do segundo mandato de Dilma, e à agressiva campanha antipetista que ocupou tanto a grande mídia, na estratégia da lava-jato de obter apoio popular aos processos contra Lula, quanto no “ódio ao PT” propagado de forma agressiva nas redes sociais. Especificamente em relação à presidenta Dilma, esse ódio se somou à misoginia oculta das instituições políticas e ao enunciado de que a presidência da República, assim como outros cargos políticos e lugares de poder, não é um espaço a ser ocupado por mulheres.

Do mesmo modo, inicialmente houve uma grande dificuldade dentro da esquerda de modo geral em compreender em toda sua extensão o caráter misógino do golpe e todas as suas consequências no sentido do recrudescimento da desigualdade de gênero. Essa incompreensão marcou em parte as decisões, ações e omissões por parte da esquerda e uma relutância em pensar a resistência e a luta pelo retorno da democracia e do Estado de direito no país que incorporasse as diferentes forças sociais e políticas que ganharam força e visibilidade no Brasil nas últimas décadas, como os movimentos de mulheres, negro, indígena, LGBTQIA+, anticapacitista, entre outros.

A constatação do caráter misógino do golpe, a partir da análise das estratégias discursivas, semióticas e performativas utilizadas na oposição a Dilma e nos próprios eventos do impeachment, deve ser acompanhada de uma qualificação mais precisa sobre os significados e implicações dessa forma de violência política de gênero nos processos sociais e políticos ocorridos após o golpe e seus desdobramentos – entre eles a prisão de Lula em abril de 2017 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

A misoginia, como dispositivo de reprodução de hierarquias sociais e de gênero e de exclusão das mulheres dos espaços de poder, não apareceu na política em 2016. Ela sempre esteve presente nos discursos e nas práticas políticas e no espaço público brasileiros e em momentos cruciais para a vida política se fez mais presente, sempre a serviço de deslegitimar e desautorizar a ocupação de espaços de poder e de fala pelas mulheres e de impedir o fortalecimento e a viabilização de suas demandas específicas. Uma das dimensões da violência política de gênero é exatamente a de invalidar a presença das mulheres no espaço público e retirar destas a possibilidade de expressão e a legitimidade de serem ouvidas. As mulheres são assim alvos frequentes de discriminação, desprezo, repulsa e violência no espaço político. Esse é um dos modos pelos quais a misoginia sempre esteve presente, e não faltam dados sobre a participação, ou ausência de participação, das mulheres em instâncias de poder e na política para alimentar essa discussão. De acordo com o *Global data on national parliaments*, em junho de 2021 o Brasil ocupava o 141º lugar no ranking de mulheres em parlamentos nacionais. Segundo o IBGE, em dezembro de 2017 as mulheres ocupavam 16% das cadeiras do Senado e 10,5% das cadeiras da Câmara dos Deputados, totalizando 11,3% de participação no Congresso Nacional, porcentagem que aumentou na legislatura atual para 15%, ainda muito baixa se comparada à proporção de mulheres na população brasileira. Uma situação histórica que tem mudado com muita lentidão ao longo dos anos.<sup>11</sup> Durante todo o processo de desgaste e de abertura do impeachment de Dilma, os parlamentares e grande parte da mídia se comportaram e serviram como “agentes canalizando e

---

<sup>11</sup> Esses dados se agravam se analisamos o espaço reduzido que as próprias mulheres parlamentares têm na participação de comissões de trabalho no congresso. No Senado, por exemplo, as mulheres estão excluídas de duas a cada três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), o que se tornou um caso de denúncia pública por parte de senadoras de vários partidos quando foi criada a CPI da Pandemia, sem nenhuma senadora como titular. Mesmo excluídas da composição oficial da CPI, as senadoras garantiram direito à fala e à arguição dos depoentes, não sem protestos da bancada governista e nem sem ter que enfrentar diversas situações de deslegitimação de seus discursos por parte dos senadores. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/mulheres-ficam-de-fora-de-2-a-cada-3-cpis-no-senado.shtml>

distribuindo forças sociais misóginas, contra o pano de fundo e possibilitadas pelas instituições sociais” (MANNE, 2017, p. XXI).<sup>12</sup>

Mas se a desigualdade de gênero se reflete de modo contundente nos processos eleitorais e na vida política institucional do país, ela também se mostra na violência política de gênero, incluindo as formas de violência institucional e do Estado sobre as mulheres. Alguns exemplos dessa violência institucional são o modo específico como policiais lidam com as mulheres manifestantes nos movimentos de resistência no Brasil e na América Latina (vários casos relatados nas mídias sobre manifestações no Brasil, com puxões de cabelo, socos e ameaças, assim como os casos espancamento, estupro e os assassinato de mulheres com atuação na esfera política e lideranças); a falta de capacitação em gênero e direitos humanos por parte de agentes públicos, principalmente policiais e operadores do direito, que acabam reproduzindo formas de violência e desigualdade de gênero; as perseguições políticas a pesquisadoras e docentes sem um amparo mais efetivo das instituições; a resistência, em algumas delegacias e foros em fazer valer a Lei Maria da Penha, atribuindo às mulheres vítimas a responsabilidade sobre os eventos violentos, gerando e reproduzindo um verdadeiro sistema de violência de gênero dentro do próprio Estado. Também o encarceramento feminino no Brasil representa hoje uma das situações mais gritantes dessa violência institucional do Estado em relação às mulheres<sup>13</sup>.

Na conjuntura que se desenrola a partir do golpe de 2016 essa desigualdade e as diversas formas de violência política de gênero tornam-se um instrumento explícito das elites políticas e econômicas para atacar a democracia e os direitos.

Vamos a outra imagem já mencionada acima: a cena inaugural do governo Temer, com um ministério composto exclusivamente de homens brancos, diz muito do quanto o declínio da democracia no país está ligado ao fechamento dos espaços institucionais e políticos que as mulheres, os negros, os quilombolas, os indígenas, as pessoas LGBT, as pessoas com deficiência conquistaram nas últimas décadas.

Tantos as cenas descritas quanto os dados sobre a presença das mulheres na política institucional e sobre a violência política no Brasil mostram que a misoginia na política, ou seja a tentativa de deslegitimar e desestimular a presença das mulheres em espaços de poder e seu uso como instrumento de disputa política, é estrutural nas instituições políticas do país. O golpe não foi misógeno apenas porque retirou uma mulher da presidência, ele foi misógeno porque o sacrifício político de Dilma só aconteceu daquela maneira porque ela é mulher.

### **Retirada de direitos: as mulheres pobres e negras são as grandes perdedoras com o golpe**

Além dos dispositivos misóginos utilizados para sua efetivação, o golpe de 2016 e seus desdobramentos produziram como efeito o crescimento da desigualdade, da pobreza, da violência, do desemprego, com efeitos particularmente danosos às mulheres pobres e negras.

Com a desestabilização do governo Dilma já no início do segundo mandato<sup>14</sup>, a abertura do processo de impeachment, e seu desfecho no golpe de 2016, e a aprovação da PEC (Emenda Constitucional) 95, promulgada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2016, que congela por vinte anos os gastos públicos, assistimos a um empobrecimento generalizado da população brasileira e ao aumento da desigualdade social, o Brasil voltando para o mapa da fome da ONU, sendo que quem compõe essa vasta população empobrecida são majoritariamente mulheres,

---

<sup>12</sup> Manne usa a situação descrita por Virgínia Woolf no início do livro “Um teto todo seu”, em que é impedida, pelo bedel da universidade, de permanecer no espaço da biblioteca da universidade, apenas permitido para homens. Essa imagem serve para ilustrar como ainda hoje a presença das mulheres em lugares “destinados a homens” provocaria reações de desagrado ou indignação, como a do bedel de Oxbridge que interpelou a escritora (2017, p. XVIII).

<sup>13</sup> Conforme pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, o crescimento da população carcerária feminina foi de cerca de 570% de 2000 a 2016 (enquanto a da população masculina teve um aumento de 200%), sendo que a previsão para 2018 era 700%. O Brasil era em 2018 hoje o terceiro país em população carcerária feminina proporcionalmente à população; quase 62% das mulheres presidiárias respondem a crimes relacionados ao tráfico, para 26% dos homens. (DIAP, 2018).

<sup>14</sup> Em uma de suas falas no filme “Democracia em Vertigem”, Dilma desabafa: “Eu não governei em 2015”.

sobretudo mulheres negras. Esse processo aprofundou-se com a eleição de Jair Bolsonaro, que em seu governo promoveu ainda mais perdas sociais, de direitos, além de uma sistemática política de ataque aos direitos das mulheres, da população negra, de pessoas LGBTQIA+, de indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência.

O inventário das perdas sofridas desde 2016 é enorme, atingindo todos os campos das políticas sociais.

No caso da educação, já no governo Temer os efeitos da PEC 95 se fizeram sentir, com a fragilização das políticas de permanência nas universidades, centrais para manutenção das políticas de inclusão, como as cotas raciais e sociais para ingresso no ensino superior, e a precarização acentuada do trabalho docente em todos os níveis. Os defensores do projeto do Escola sem Partido levaram a cabo uma estratégia extremamente agressiva e articulada de perseguição de professoras, estimulando denúncias e apresentando Projetos de Lei criando dispositivos de controle da atuação docente, principalmente em relação às temáticas de gênero. Os ministros da educação do governo Temer e Bolsonaro estimularam essa lógica de perseguição e censura a professoras da escola básica e do ensino superior, vetando livros didáticos que mencionam questões de gênero e sexualidade e protagonizando um dos maiores aparelhamentos ideológicos do Estado da história do país, com especial destaque à gestão desastrosa de Abraham Weintraub no MEC, utilizando o ministério para propaganda ideológica e para realizar um tipo de guerrilha neoliberal, ao atacar permanentemente a educação pública do país, a carreira do magistério e o patrono da educação, Paulo Freire, além de demonstrações públicas de desconhecimento e ignorância em relação ao campo da educação e da pesquisa e as sucessivas tentativas de impor o projeto de *homeschooling*, deslocando da escola para a família a responsabilidade pela educação formal.

Também no campo das políticas culturais a censura e o veto a determinadas expressões artísticas se tornou uma prática sistemática desde o governo Temer, com uma política de cortes e desmonte da política de cultura, veto a financiamento de trabalhos audiovisuais sobre determinadas temáticas e que tiveram como desfecho o escandaloso vídeo de lançamento do Edital das Artes, por parte do Secretário de Cultura Roberto Alvim, mimetizando o discurso e a estética nazistas.<sup>15</sup>

No campo da saúde pública, vivemos um acelerado processo de destruição do Sistema Único de Saúde, não apenas pelos cortes de recursos, mas pelo incentivo à privatização da saúde, o enfraquecimento do SUS, a liberalidade com que os planos privados de saúde têm sido tratados pelo governo, a destruição da política nacional de saúde mental e das redes psicossociais, com o estabelecimento de uma verdadeira contrarreforma psiquiátrica através do retorno das internações involuntárias e da política manicomial e do fim das políticas de redução de danos em relação ao álcool e outras drogas, além do deslocamento de recursos públicos para as comunidades terapêuticas, controladas em sua maioria por grupos religiosos. Esse enfraquecimento do SUS se fez sentir com a chegada da pandemia de Covid-19 no país, agravada pela ausência de uma política nacional de enfrentamento à pandemia, a recusa do governo em tomar medidas de isolamento e distância social e de efetivar a aquisição de vacinas e as continuadas sabotagens por parte de Jair Bolsonaro às medidas tomadas pelos estados.

Com o enxugamento e o esvaziamento de projetos sociais (como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida), a redução sucessiva do reajuste previsto do salário mínimo, chegando, em 2021, ao menor poder de compra em 15 anos (segundo o DIEESE), e o acelerado desmonte das políticas

---

<sup>15</sup> Não há espaço neste artigo para uma análise mais apurada da política cultural do governo Bolsonaro, que envolve situações tão ou mais graves que o discurso do secretário de Cultura, e vão da extinção do MinC, cortes milionários no orçamento, nomeações polêmicas para cargos nas instituições de cultura, revisão das políticas de patrocínio à cultura, censuras e ameaças de extinção da Ancine, atuação desastrosa do coordenador da Fundação Palmares, chegando à retirada de obras de seu acervo cultural, por "pregarem socialismo e comunismo". A atuação do governo no setor reproduz uma estratégia já vista em outros ministérios, de enfraquecimento dos órgãos e instituições públicas de cultura e promoção de um tipo de "guerra cultural e ideológica" que mistura anticomunismo, ataques aos movimentos negros e às religiosidades afro-brasileiras e às conquistas do feminismo e defesa da "família tradicional".



distributivas e de inclusão, ocorreu uma rápida reversão do ganho de poder aquisitivo das camadas populares. De 2015 a 2019, 4,5 milhões de pessoas entraram na faixa da extrema pobreza, somando 13,5 milhões de pessoas miseráveis no país, vivendo com 145,00 reais por mês, sendo 75% de pretos ou pardos e 51% de mulheres. Com a pandemia, essa situação se agravou, aumentando para 27 milhões de pessoas, ou seja, 12,8% da população brasileira na pobreza extrema. Os governos Lula e Dilma retiraram milhões de brasileiros da linha da pobreza e da pobreza extrema (75% entre 2002 e 2012) – desses milhões, a maioria era de mulheres chefe de família ou responsáveis únicas pelo sustento da casa. Hoje esse quadro está se revertendo: dos milhões de brasileiros retornando às linhas de pobreza e de pobreza extrema, a maioria são mulheres, principalmente mulheres chefes de famílias, majoritariamente mulheres negras.

O crescimento das taxas de desemprego a partir do final de 2015 (quando se instala o processo do impeachment), somado à uma reforma trabalhista que ampliou as condições de exploração dos trabalhadores, aumenta a informalidade no trabalho e diminui os postos formais. Mas, na linguagem do neoliberalismo, subemprego e precariedade têm sido eufemisticamente chamados de novos empreendedorismos. Segundo dados do IPEA (Instituto de Economia Aplicada) de junho de 2019, houve um aumento de 42,4% do desemprego de longo prazo (mais de dois anos) nos últimos quatro anos, sendo as mulheres as mais atingidas nesse tipo de desemprego, em uma taxa de 28,8% contra 20,3 da população masculina.<sup>16</sup>

Uma política econômica de mais concentração de renda e de empobrecimento da população, que não compra, não consome, não faz a economia girar, rompendo um círculo de produção e consumo do período anterior, apenas aumenta e alimenta o desemprego. A redução da participação do Estado em diversas dimensões da proteção social tem como efeito o aumento da responsabilidade das mulheres nas famílias e nas tarefas de reprodução social e de cuidado.

Também a reforma trabalhista e a reforma da previdência recolocaram as mulheres trabalhadoras em uma situação de acentuada desigualdade, com a informalização das relações trabalhistas, eufemisticamente chamada de flexibilização, que acaba atingindo justamente as mulheres e as mulheres negras, aquelas em situação de trabalho mais precário. Felizmente um dos aspectos do texto da perversa Reforma Trabalhista, que permitia que as empresas colocassem mulheres grávidas trabalhando em condições de insalubridade, foi vetado pelo STF em 2019.

Uma nota especial cabe também sobre a situação do trabalho doméstico remunerado, cuja regulamentação a partir de 2013, permitiu o acesso das empregadas domésticas a direitos trabalhistas que não possuíam antes. Esse foi um dos focos das revoltas de mulheres de classe média e da elite branca contra o governo Dilma. Uma pesquisa do IPEA de dezembro de 2019 mostra a queda da formalização do trabalho doméstico remunerado desde 2016, após anos consecutivos de aumento segundo a pesquisa, e o aumento da idade média das trabalhadoras desse setor. As mulheres negras correspondem a 63% do total de trabalhadoras domésticas (PINHEIRO, *et al.*, 2019).

O golpe de 2016 e seus desdobramentos representaram a ruptura do pacto social que possibilitou a Constituição de 88 e representado por esta, principalmente em relação aos dispositivos de proteção e seguridade social, direito à saúde e à educação e outros direitos sociais. Mas se o processo político brasileiro de 2015 para cá representou uma ruptura das diferentes formas de aliança que caracterizaram o pacto social da Constituinte e os sucessivos governos após a ditadura, não há muito a comemorar nisso. Não foi uma ruptura provocada por uma radicalização dos movimentos sociais, foi uma ruptura contra os direitos sociais e o pacto constitucional que buscava, conforme a formulação de Lobato e Gentil (2009, p. 123), uma aproximação com um modelo de Estado de bem-estar social. E qual é a mensagem que pode ser lida nessa ruptura unilateral com o pacto social de 1988? O projeto neoliberal não convive com os mínimos direitos,

---

<sup>16</sup> “Número de desempregados de longo prazo cresce 42,4% em quatro anos”, site do IPEA, junho de 2019. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34817](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34817)

não apenas por uma questão de orçamento ou recursos – o bolsa família representava uma ínfima parcela do PIB (0,5%), sendo que, a cada real gasto, agregava 3,22 reais em bem-estar e 1,78 para o PIB (SILVA, 2018, p. 57, 420 e 522), mas pela estratégia neoliberal de redução dos projetos sociais do Estado. O que está verdadeiramente em questão no programa de “Estado mínimo” é a quem afinal servirá o Estado.

Além da questão econômica, outros direitos das mulheres vêm sendo retirados de modo acelerado e articulado com o processo de empobrecimento das mulheres e de aumento da desigualdade: houve um desmonte das políticas nacionais de direitos das mulheres, com o fim da secretaria especial de políticas para as mulheres<sup>17</sup>; aumento do feminicídio (6,5% de aumento – o Brasil tem a 5ª maior taxa de feminicídios no mundo) e da violência contra as mulheres – em grande parte estimulada pelos sucessivos questionamentos por parte de parlamentares governistas da lei Maria da Penha, do aumento da misoginia e do discurso de ódio e violência.<sup>18</sup> Direitos das mulheres rasgados e aumento da desigualdade de gênero, esse é um dos desfechos do golpe de 2016 e seus desdobramentos na instalação de um governo de extrema direita no país.

### **Atentado contra a democracia: convergências entre neoliberalismo e neofascismo**

A estratégia política utilizada para a efetivação do golpe de 2016 e seus desdobramentos nas diversas medidas econômicas tomadas pelos governos Temer e Bolsonaro, assim como a própria eleição de Bolsonaro em um processo eleitoral altamente suspeito, com Lula preso e a disseminação de notícias falsas (*fake news*) em ampla e ilegal utilização de redes sociais e abuso de poder econômico, aproxima-se muito de uma estratégia de guerra. Diversas analistas fazem analogia desse processo com a estratégia militar de choque e pavor (*shock and awe*), utilizada pelo exército dos EUA na guerra do Iraque, de domínio rápido, voltada para ações militares avassaladoras e espetaculares, que minam a capacidade de compreensão e de resposta do adversário. A jornalista e ativista canadense Naomi Klein, em seu livro *A Doutrina do choque: a ascensão do capitalismo do desastre*, chama atenção para o que seria uma estratégia mais ampla (e não apenas militar) dos grandes pensadores do capital, entre eles Milton Friedman e a escola de Chicago: uma espécie de contrarrevolução contra o Estado do bem-estar social, a redução drástica do papel do Estado, a privatização da produção, da indústria de base e dos serviços sociais (incluindo saúde, educação, correios, água) e que teve como um de seus experimentos latino-americanos o golpe de Estado no Chile, em 1973. É interessante pensar em como esse “capitalismo do desastre” descrito por Klein, mais do que uma estratégia de aproveitar as crises como oportunidade de bons negócios e incremento da acumulação, acaba se tornando um dispositivo central também nas batalhas políticas e de derrubada de governos pelo mundo. Klein, assim como outros autores contemporâneos, como a discussão do conceito de crise em Christian Laval e Pierre Dardot (2016; 2019), desenvolve a tese de que o capitalismo contemporâneo se utiliza do desastre (em todas as suas formas, como guerras, catástrofes ambientais, crises políticas) como modo de autorreprodução e expansão.

Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não se reduz a um sistema de monetarização da economia, austeridade, ou ditadura dos mercados financeiros, mas se constitui em uma verdadeira racionalidade política, um modo de governo, em que a lógica do capital se estende, para além da economia, ao Estado, à sociedade e a subjetividade e formas de existência – tal como desenvolveu Foucault em seu curso de 1978-1979, *O nascimento da biopolítica* (FOUCAULT, 2008). Como racionalidade política e sistema de poder mundial, cujo imperativo central é sua

---

<sup>17</sup> A secretaria das mulheres virou um espaço de culto religioso e tem sistematicamente se colocado como contrária a direitos históricos das mulheres, exercendo uma política da família extremamente conservadora e de reprodução de hierarquias e estereótipos de gênero. Discuto a política da família do governo Bolsonaro, incluindo os retrocessos em relação aos direitos das mulheres e de pessoas LGBTQIA+, em Maluf, 2021 (manuscrito).

<sup>18</sup> Durante a pandemia de Covid-19 essas taxas aumentaram, chegando em 2020 a um aumento de 1,9% em relação a 2019, assim como os casos de violência contra a mulher, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

“manutenção” e “expansão” (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 6), o alimento central do neoliberalismo são suas próprias crises. Assim, mesmo não concordando com a centralidade dada por Klein à figura de Milton Friedman, à Escola de Chicago e à ideia de uma “aplicação deliberada e concertada de uma teoria econômica” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 193-194), o argumento dos autores se aproxima do de Klein no que se refere à centralidade das crises (econômicas, mas também as crises sociais, políticas, ambientais etc.) para a manutenção e a expansão do capitalismo neoliberal.

Com efeito, desde os anos 1970, o neoliberalismo se nutre das crises econômicas e sociais que gera. Sua resposta é invariável: em vez de questionar a lógica que as provocou, é preciso levar ainda mais longe essa mesma lógica e procurar reforçá-la indefinidamente.

Se a austeridade gera déficit orçamentário, é preciso acrescentar uma dose suplementar. Se a concorrência destrói o tecido industrial ou desertifica regiões, é preciso aguçá-la ainda mais entre as empresas, entre os territórios, entre as cidades. Se os serviços públicos já não cumprem sua missão, é preciso esvaziar esta última de qualquer conteúdo e privar os serviços dos meios que precisam. Se a diminuição de impostos para os ricos ou empresas não dão os resultados esperados, é preciso aprofundar ainda mais nisto, etc. (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 6)

Em diferentes situações de catástrofe (guerra, ataques terroristas, desastres ambientais, golpes militares), a lógica empresarial de buscar o maior benefício e lucro acabou regendo as políticas e estratégias adotadas. Para Klein, cada crise, se torna uma oportunidade, independente da necessidade ou das demandas das populações atingidas. Assim, quando o furacão Catarina, arrasou New Orleans, a tragédia foi uma oportunidade de privatizar o sistema educacional da cidade; do mesmo modo, após o Tsunami que devastou o Sri Lanka em 2004, empreendedores ocuparam muito rapidamente a costa do país construindo grandes resorts e impedindo milhares de pescadores de continuar morando próximo à água: “o capitalismo do desastre não tem interesse em reparar o que era” (KLEIN, 2007, p. 8).

Mas é o Chile o exemplo destacado como a maior reforma neoliberal já tentada, ironicamente chamada de revolução da “Chicago School”, dado o papel desempenhado pelos economistas de Pinochet (os chamados “Chicago boys” chilenos, formados pela Universidade de Chicago ou pela sua sucursal no Chile, a Universidade Católica, tal como o atual ministro da Economia brasileiro, Paulo Guedes). O Chile foi o grande laboratório do chamado “tratamento de choque” econômico de Milton Friedman e dos interesses econômicos estadunidenses na América do Sul: mudanças econômicas súbitas, rápidas e de largo alcance, cujos efeitos psicológicos nas pessoas facilitaria os ajustes (KLEIN, 2007; HARVEY, 2011). Privatização do setor produtivo estatal; privatização dos serviços de saúde, da educação, e de serviços públicos essenciais, como água e esgoto; reforma da previdência; destruição de políticas sociais e de direitos; destruição dos sindicatos e das formas de organização dos vários segmentos da sociedade: um programa aplicado sob um regime que prendeu, torturou e assassinou milhares de pessoas. De certo modo a experiência chilena marca o modo e a falta de limites éticos com que o imperativo de manutenção e expansão neoliberal discutido por Dardot e Laval se cumpre.

Há muitos elementos dessa estratégia visíveis no processo político brasileiro contemporâneo, entre eles a produção ou exacerbação de uma “crise econômica” (“Que grite a economia” orientou Nixon em relação a como combater o governo socialista de Allende<sup>19</sup>). Mas, também como no caso do Chile de Allende, no Brasil além da economia, gritou alto a “luta contra a corrupção”, dispositivo recorrente de deslegitimação e de combate a governos progressistas, recorrente porque é eficaz tanto do ponto de vista da adesão de diferentes segmentos da população quanto da produção de um sentimento similar ao anticomunismo que vigorou em outros momentos: o antipetismo unifica de políticos liberais a extremistas de direita. No entanto, outro componente ainda foi central na unificação das forças conservadoras, de direita e extrema direita, antes desarticuladas e sem um projeto capaz de apresentá-las como projeto de poder alternativo aos

---

<sup>19</sup> Citado e comentado por Klein, 2007.

governos petistas: a pauta reacionária – racista, misógina, homofóbica, negacionista ambiental, anticientífica e anti-intelectual e fundamentalista cristã. É essa pauta que tem mantido aceso um debate público, principalmente nas redes sociais, em torno das falas dos ocupantes de cargos no governo desde o governo Temer, mas que virou um espetáculo cotidiano no governo Bolsonaro.<sup>20</sup> Um dos protagonistas dessa performance pública é Olavo de Carvalho, um tipo de mentor intelectual do governo e uma das figuras que influenciou a indicação de nomes para o primeiro e segundo escalão do governo, entre eles o ministério da Educação e o de Relações Exteriores, cujos ministros atuaram como replicantes do discurso olavista. O outro é o próprio Jair Bolsonaro, com suas sistemáticas manifestações de ignorância em todos os campos, da economia à gestão do governo, além de uma enorme dificuldade de expressão de um raciocínio coerente, sem mencionar suas falas racistas, misóginas, homofóbicas, anti-indígenas, propagadoras de ódio político. Há uma coerência, uma conexão entre todos aqueles discursos proferidos no ritual de sacrifício de Dilma na Câmara dos Deputados e a expressão pública do atual presidente do país.

Bolsonaro foi frequentemente comparado a Donald Trump, em seu estilo truculento e aparentemente desavisado de expressão pública, tendo o Twitter como um de seus principais e apropriados canais, pelas frases curtas e de efeito. Um modo de, de um lado, permanecer na mídia e hegemonizar os algoritmos das redes, de outro, uma tática diversionista para estabelecer pautas falsas e secundárias enquanto coloca em prática políticas de venda do patrimônio público, privatização dos serviços e destruição dos direitos e das políticas sociais. Assim, enquanto Weintraub, ministro da educação, cometia escandalosos erros ortográficos ou atacava de modo truculento seus opositores em seu Twitter, suas “verdades” sendo espalhadas e compartilhadas aos milhares, inclusive pela esquerda, levava adiante uma pauta de desmonte da educação pública do país.

Na análise de parte da esquerda, a pauta reacionária e dos costumes seria utilizada para encobrir o que realmente importa: o avanço do neoliberalismo sobre o patrimônio público, os direitos e o aprofundamento da desigualdade e da pobreza. Nessa visão, o governo de extrema direita instalado no país em 2019 teria sido um acaso, um acidente no percurso do programa neoliberal, que em si conviveria muito bem com as demandas feministas, LGBT, de igualdade racial, ou de tudo aquilo que alguns analistas têm chamado de “pauta identitária”. A mesma crítica aparece em relação à pauta da luta democrática, muitas vezes identificada com a defesa da democracia burguesa. O que assistimos, não apenas no Brasil, mas em países em que forças de extrema direita se instalaram no poder pelo voto é que a pauta reacionária e os ataques à democracia não são um acidente de percurso no programa neoliberal.<sup>21</sup>

São reais e crescentes as conexões entre capitalismo financeiro e destruição dos direitos relacionados ao trabalho, desmonte do Estado como espaço público (que alguns autores têm definido como privatização do Estado<sup>22</sup>), militarização crescente das polícias e guardas nacionais e consequente estado de guerra permanente contra a população pobre das periferias urbanas,<sup>23</sup> perda de direitos e precarização das condições de trabalho e de vida, sobretudo para os segmentos vulnerabilizados da população, como a população negra, os idosos, as mulheres e os jovens recém ingressados no mercado de trabalho ou no desemprego. A uberização do trabalho é um eufemismo para descrever a existência de milhões de pessoas em situação agravada de trabalho informal ou

---

<sup>20</sup> Não é objetivo deste artigo analisar a recepção da pauta reacionária pelos eleitores e apoiadores de Bolsonaro, no entanto é preciso ter cuidado para não concluir apressadamente que esse apoio signifique identificação individual de cada eleitor com essa pauta especificamente. A misoginia, o racismo, a homofobia, como “vetores de poder”, estão presentes historicamente, e são permanentemente produzidos e reproduzidos, nas estruturas, instituições, nos discursos e enunciados públicos, o que torna o seu enfrentamento um empreendimento mais abrangente e mais amplo do que uma disputa narrativa ou discursiva.

<sup>21</sup> A convergência entre neoliberalismo e neoconservadorismos no campo dos direitos das mulheres é analisada por autoras feministas, como Wendy Brown (2019), Melinda Cooper (2017), Silvia Federici (2019), Veronica Schild (2015), entre outras. Discuto essa questão com mais atenção em Maluf, 2021.

<sup>22</sup> Estado-empresa ou, como propõe Macron para a França, o Estado como uma *start-up* (citado por Laval, 2019)

<sup>23</sup> O “Estado penal”, tal como discute Wacquant, 2012.

subemprego. No caso brasileiro, essa situação se agrava com o ataque às populações indígenas e seus direitos territoriais e ao crescimento vertiginoso dos crimes ambientais com o amparo do Estado (ou mesmo cometidos pelo Estado, como é o caso da atuação do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, ou a liberação de centenas de agrotóxicos considerados de alto risco pelo ministério da Agricultura).

Em suma, existe um enorme iceberg neofascista por baixo das manifestações públicas de Bolsonaro e de todo sua equipe de governo. Nos dias em que finalizava este artigo, ocorreu o evento em que o Secretário de Cultura Roberto Alvim lançou publicamente um edital de Prêmio das Artes, em uma performance que em tudo mimetizava o discurso e a estética fascistas. Citando frases inteiras de Joseph Goebbels (o ministro da Propaganda de Hitler) em um cenário que lembrava o ministro nazista em sua mesa de trabalho, com a bandeira do Brasil de um lado, a cruz patriarcal de outro e o retrato de Bolsonaro ao fundo, ao som da ópera *Lohengrin*, de Wagner, compositor admirado por Hitler (dado que diante da composição geral da cena tem relevância), o secretário exaltou uma visão de arte muito particular e similar à do nazismo: uma arte heroica, nacional, imperativa, que cultua os mitos nacionais, a pátria, a família, Deus e a fé cristã, o auto-sacrifício, e oposta à “cultura adoecida” (alusão à ideia de “arte degenerada” perseguida pelo nazismo?). Pressionado pela forte reação causada pelo vídeo, incluindo manifestações dos presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado e do STF, Bolsonaro ainda relutou e num primeiro momento defendeu o Secretário, até porque na mesma tarde o havia incluído em sua *live* semanal para falar do Edital, no entanto acabou demitindo o Secretário posteriormente. Mas não apenas o discurso e a performance de Alvim evocam o nazismo. O edital do Prêmio Nacional das Artes reproduz o ideário expresso no discurso do Secretário. Alvim não é um caso isolado no governo. Ele apenas unificou e ritualizou o que se tem ouvido de Bolsonaro e seus seguidores desde a campanha eleitoral.<sup>24</sup>

Se o governo Bolsonaro não corresponde de modo linear a alguns elementos que definem historicamente o fascismo, me parece inegável que há elementos fascistas em seus discursos e de seus ministros e em diversas políticas que ele busca implementar, várias delas concentradas na pasta da Educação, como as escolas cívico-militares, o estímulo à denúncia de professoras que ensinam sobre gênero e sexualidade (a implantação na prática do programa Escola sem partido). Um dos projetos desse programa é que em todas as salas de aula do país sejam afixados cartazes com os “deveres do professor”. Fora a já conhecida truculência do ministro da Educação, que além seus erros ortográficos, não se envergonha de citar frases inteiras de Hitler em suas falas públicas, substituindo os “judeus” pelos “comunistas”.<sup>25</sup>

As políticas neoliberais fundamentalistas de Paulo Guedes, apoiadas pela grande mídia e pelos partidos de direita e mesmo de centro direita, só se tornaram possíveis porque o jogo político foi jogado da forma como foi: com um golpe de Estado que destituiu a Presidenta legitimamente eleita, e conseqüente cassação de 54 milhões de votos; com a prisão política de Lula, retirado do processo eleitoral em que aparecia como o favorito; com uma campanha eleitoral de Bolsonaro feita com disparos ilegais de mensagens por WhatsApp, abuso do poder econômico, propagação de fake news e o apoio da grande mídia, seguindo um receituário semelhante ao dado por Steve Bannon na eleição de Trump.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> Foi forte o acento dado pela cobertura da mídia sobre o evento na ofensa que o discurso de Alvim representou para a comunidade judaica. Sem dúvida, esse alerta é importante no que diz respeito à evocação do discurso nazista de forma tão literal. Mas no Brasil do século XXI, vale perguntar a quem se refere a expressão de “cultura doente” mencionada em seu discurso, principalmente contrastada à elegia da “alta cultura” (erudita europeia)? Não estaria ele se referindo à arte da periferia, ao funk, ao samba, às formas expressivas críticas ou dissidentes – acusadas sistematicamente de esquerdistas ou pornográficas?

<sup>25</sup> Como nesta fala pública logo após sua posse, acusando a presença de “comunistas” em diversos setores, instituições e mesmo organizações financeiras. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=10&v=I2GHbWhQ1f8&feature=emb\\_title](https://www.youtube.com/watch?time_continue=10&v=I2GHbWhQ1f8&feature=emb_title)

<sup>26</sup> Steve Bannon, ex-assessor político de Donald Trump na Casa Branca, foi dirigente da Cambridge Analytica, empresa de tecnologia envolvida no uso de dados pessoais de usuários do Facebook para influenciar as eleições presidenciais de

No caso do Brasil, a especificidade dessa convergência entre fundamentalismo do mercado e práticas e discursos neofascistas é dada pelo perfil de parte das elites econômicas do país e também pela performance pública de Bolsonaro, que exacerba a truculência de Trump com suas bravatas racistas, misóginas e homofóbicas, e pela composição de seu governo com setores econômicos e políticos extremamente retrógrados, como a bancada da bala, boi e bíblia (armamentistas e milicianos, ruralistas, cristãos fundamentalistas).

O historiador do fascismo Robert Paxton diferenciou o que denominou de “ditaduras comuns” latino-americanas do fascismo europeu, nascido na Itália no início do século XX. A atuação de Bolsonaro, alçado ao poder por meio de eleições formalmente democráticas<sup>27</sup>, e das forças de extrema direita têm características marcantes do fascismo histórico, como o fato de fundamentar sua ação política na mobilização da população e no “contato direto” com esta, eliminando a mediação das instituições políticas tradicionais, entre elas o partido e seu programa. Bolsonaro trocou nove vezes de partido, e desde o início do segundo ano do mandato está sem partido. Uma das anedotas da campanha eleitoral foi a cobrança pelo seu programa presidencial e por suas propostas de governo, enquanto ele fugia sistematicamente dos debates com os outros candidatos. Outra característica fortemente visível da prática política dos bolsonaristas e seus aliados é a eleição de inimigos comuns. O chão do fascismo é a eliminação do outro, tanto moral, física ou até mesmo de coletividades inteiras. Na atuação de Bolsonaro e de sua base política, isso irá se expressar de diversas maneiras: no ataque aos adversários políticos, transformados em inimigos (petistas e a esquerda em geral), no ataque a negros, mulheres, pessoas LGBTQIA+, indígenas e quilombolas. Outra característica das práticas neofascistas é a militarização da política e, uma vez no governo, da própria vida social, vide as escolas civis-militares apresentadas como um dos grandes projetos do governo. Essa militarização se combina com outro aspecto que é a cooptação das polícias, que passam a atuar como verdadeiras milícias políticas, outra característica que foi crescendo durante o governo Bolsonaro. O projeto de construção de toda uma máquina de guerra narrativa, principalmente através das redes sociais,<sup>28</sup> lembra muito o investimento fascista na propaganda de massas, nos meios de comunicação, como, na época, foram o cinema e o rádio.

Vários outros aspectos da ação política das forças que hoje estão no governo poderiam ser desafiadas aqui, mas o que importa em meu argumento é mostrar a relação de unha e carne entre o fundamentalismo neoliberal (do ministro Paulo Guedes e de todos os que apoiam sua política econômica) e as práticas e discursos neofascistas, ou mesmo nazifascistas, que os agentes do governo disseminam.<sup>29</sup> Entender essa relação é fundamental para se pensar os processos de resistência e de luta por democracia, justiça social e igualdade e distribuição da riqueza, que estão colocadas diante dos campos progressista, democrático e popular no país.

---

2016 nos EUA; dirigiu o Breitbart News, site de extrema direita, foi criador do “Movimento”, organização que assessorava políticos de extrema direita europeia. Foi também um tipo de conselheiro informal na campanha presidencial de Bolsonaro e mantém ligações com integrantes de seu governo e com Eduardo Bolsonaro.

<sup>27</sup> Formalmente no sentido de que foi eleito com o voto popular, mas não em condições políticas normais, após um golpe jurídico-parlamentar, a prisão de Lula no momento em que aparecia como um potencial candidato favorito nas eleições e o amplo uso das mídias sociais para propagar informações falsas através de disparos em massa pelo WhatsApp.

<sup>28</sup> Tanto de ocupação das redes sociais e da esfera pública quanto o projeto mais abrangente de transformação da narrativa da história do país, como é o caso do projeto do Brasil Paralelo, que chegou a ganhar um programa na extinta TV Escola,

<sup>29</sup> Uma pesquisa realizada pela antropóloga Adriana Abreu Magalhães Dias, descreve a disseminação dos discursos neonazista e supremacista branco nas redes sociais, onde identificou mais de 300 células neonazistas em atividade no Brasil. Esse é um número significativo e em crescimento, sendo que esses grupos mais explícitos quanto à filiação nazista ou supremacista não englobam todo o espectro de disseminação do ideário nazifascista no país. Não necessariamente o Secretário de Cultura demitido por seu discurso e performance copiando o nazista Goebbels, ou o Ministro da Educação Weintraub, que citou trechos de Hitler em uma palestra, fazem parte de grupos ou células nazifascistas, mas estão no campo hoje de uma extrema direita cada vez menos envergonhada em ser identificada com o ideário nazifascista. Ver a entrevista publicada no site do Deutsche Welle “É preciso soar alarme sobre a expansão do neonazismo no Brasil”. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/é-preciso-soar-alar-me-sobre-a-expansão-do-neonazismo-no-brasil/a-51354617>

## O feminismo no centro da resistência ao fascismo e na luta contra o neoliberalismo

Um dos efeitos fundamentais da estratégia do choque que mencionei antes é a destruição da capacidade de entendimento sobre esses sucessivos acontecimentos, não apenas por parte da população, mas também das lideranças políticas progressistas, democráticas e populares, dos movimentos e partidos políticos. E a consequente dificuldade em dar respostas políticas vigorosas e eficazes diante da destruição da democracia e das instituições, do desmonte dos direitos, da perda de soberania nacional e venda do patrimônio público. Essa dificuldade em canalizar a perplexidade e a indignação para uma compreensão consistente do momento histórico e político do país e pensar estratégias políticas de resistência tem permitido a normalização dos discursos e das práticas da extrema direita. Nessa estratégia, o dispositivo da misoginia funcionou como uma verdadeira artilharia na destituição de Dilma Rousseff e nas sucessivas tentativas de retirada de direitos conquistados pelas mulheres em períodos anteriores.

O que temos vivido desde o golpe, é que o projeto de implementação das políticas neoliberais radicais, desde o programa Ponte para o Futuro, do início do governo Temer, depende do aprofundamento da desigualdade em todos os campos, da desigualdade de classe, de gênero, racial, étnica. Essas diferentes formas de desigualdade não são um efeito colateral do neoliberalismo, elas estão em seu cerne. Isso indica que lutar contra o neoliberalismo é também lutar pela pauta dos negros, das mulheres, dos povos indígenas, dos movimentos LGBTQIA+, dos direitos das pessoas com deficiência, etc.<sup>30</sup>

A ruptura da democracia foi o modo de fazer valer um programa que jamais ganharia as eleições. Para o cientista político Juarez Guimarães (2018), o golpe instalou um novo tipo de ditadura, uma ditadura neoliberal, não militar, mas com polícias militarizadas e na qual o aparato de segurança pública é o garantidor da repressão aos movimentos; uma ditadura de um judiciário que atua partidaricamente, uma ditadura que se alimenta dos oligopólios da mídia.

A chamada “redução do Estado” significa na prática redução dos direitos, enquanto parcelas enormes dos recursos públicos são destinadas a setores que apoiam o governo, como militares, empresários, grupos e empreendimentos cristãos reacionários, políticos ruralistas, entre outros. O enfraquecimento dos direitos previstos na Constituição Federal atinge principalmente mulheres, negros, indígenas, populações marginalizadas, o grande precariado urbano.

A exclusão das mulheres dos espaços de poder, a perda de direitos conquistados, o empobrecimento da população feminina, o aumento da violência de gênero e das taxas de feminicídio, principalmente de mulheres negras, não são efeitos secundários do avanço do neoliberalismo e das políticas da morte do governo Bolsonaro. São aspectos centrais de seu programa e do programa do fundamentalismo neoliberal, que acentua dimensões históricas de exclusão das mulheres da esfera dos poderes institucionais.

A expressão “tchau, querida”, enunciado das manifestações e dos discursos dos deputados no processo de impeachment, tem um simbolismo muito maior do que o que se pode imaginar. Não foi apenas o slogan do golpe que retirou Dilma, é a síntese do enorme passo atrás nas conquistas, mesmo que limitadas, que as mulheres obtiveram nas últimas décadas, quase uma interpelação para que as mulheres saiam (se despeçam) de onde nunca deveriam ter estado<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> O Manifesto “Feminismo para os 99%” resgata a potência e a importância da luta feminista na luta anticapitalista no século XXI. No entanto, considero que a tese de que existiria um feminismo corporativo e liberal hegemônico no contemporâneo não corresponde ao caso brasileiro e latino-americano. Se assim fosse as feministas não seriam alvo privilegiado dos ataques da direita e da extrema direita, que elegeu as políticas e os estudos de gênero como grandes inimigos, desdobrando em políticas que envolvem decisões e Portarias de vários ministérios: Educação, Secretaria dos Direitos Humanos e até Relações Exteriores. Não há espaço neste breve artigo para fazer esse debate, no entanto considero importante essa ressalva, para ressaltar a importância crescente das mobilizações feministas e das mulheres no Brasil e na América Latina. Ver Aruzza; Battacharya; Fraser (2019).

<sup>31</sup> Essa frase virou quase um lema da direita em diversas situações de disputa política e foi usado por exemplo na cerimônia de passagem de cargo de reitora da UFSC, em 10 de maio de 2016, ironicamente dois dias antes do afastamento de Dilma da presidência. No momento em que a primeira reitora mulher da história da UFSC e sua vice

Temos aqui uma via de mão dupla da luta política: a pauta feminista e das mulheres é fundamental na luta pela democracia, pelo Estado de direito e pela igualdade; de outro lado, sem democracia e sem estado de direito as bandeiras e os direitos das mulheres não têm espaço para se concretizarem. As mulheres foram fundamentais na luta contra o golpe e contra a eleição de Bolsonaro, mas nem sempre foram compreendidas, como no movimento “Ele não” durante a campanha eleitoral para a Presidência. Houve nas redes sociais, durante a campanha eleitoral, manifestações contrárias ao movimento “Ele não” por parte de pessoas e analistas de esquerda, porque estaria colocando na rua uma pauta que “assusta os eleitores”. Mas se ficarmos apenas no cálculo eleitoral, é importante lembrar que os eleitores são majoritariamente mulheres, e foram as mulheres que representaram a maior rejeição a Bolsonaro, conforme todas as pesquisas pré-eleitorais divulgadas durante a campanha, e mesmo nas várias enquetes de avaliação de seu governo, são as mulheres as que expressam a maior rejeição.

A paridade e a equidade na política em todos as esferas são ao mesmo tempo modos de enfrentamento das estruturas políticas historicamente misóginas e lutas democráticas fundamentais. Se historicamente o Brasil é um país dominado por homens brancos, pertencentes a famílias de grandes proprietários, empresários e de linhagens políticas tradicionais, acrescidos mais recentemente por pastores e apresentadores de rádio ou televisão, o golpe reforçou a naturalização dessa realidade e da ideia de que a política é um espaço da virilidade: lugar da mulher é em casa ou ao lado do marido. Reverter essa desigualdade histórica, romper o dispositivo da misoginia e seu mecanismo de guerra e mostrar que lugar de mulher é na política representaria uma transformação radical da cultura e da prática políticas no país. Algumas iniciativas apareceram em relação às eleições municipais de 2020, com o lançamento de chapas coletivas de mulheres, negras, da periferia – como foi o caso da chapa lançada pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) de São Paulo e em coletivos organizados de mulheres em várias outras cidades.<sup>32</sup>

Se a democracia se torna custosa para o neoliberalismo, e se é necessário produzir o enfraquecimento das políticas sociais para que o capitalismo e o mercado possam se reproduzir sistematicamente, a destruição de direitos fundamentais e de direitos específicos faz parte dessa dinâmica. Os direitos específicos não são direitos secundários. Essa questão vem sendo largamente discutida em torno da constatação histórica de que a diminuição ou a supressão dos direitos específicos e do direito à diversidade resultam em contextos de genocídio, de etnocídio, de eugenismo e em políticas de morte, incluindo o assassinato de opositores, ativistas políticos etc. O assassinato de Marielle Franco é um exemplo evidente desse processo, e o Brasil está cheio de outros exemplos em sua história recente.

Do mesmo modo, as grandes mobilizações de mulheres que marcaram diversos momentos deste último período e a enorme e crescente rejeição de Bolsonaro e suas políticas entre as mulheres nos dão alento. As mulheres do “ele não”, da marcha das margaridas, das camponesas e indígenas, do movimento negro, da luta anticapacitista, as indígenas, as quilombolas, as pessoas LGBTQIA+, as jovens feministas, as das marchas das vadias, as da batalha das minas, do funk, do hip hop e de outras manifestações de arte de resistência, as mulheres contra o feminicídio, as mulheres da greve feminista, as que lançam candidaturas coletivas, as professoras e feministas da educação, que a cada dia defendem e garantem a escola sem mordidas, restauram nossos afetos feridos, nos ajudam a produzir análises menos pessimistas e alimentam a perspectiva de que seremos capazes de resistir ao fascismo e à barbárie neoliberal e tornar possível um mundo com mais democracia, igualdade e justiça social.

---

(professoras Roselane Neckel e Lúcia Helena Pacheco) passaram o cargo para o candidato eleito, foi aberta uma enorme faixa no auditório da universidade com a frase “Tchau queridas”.

<sup>32</sup> Disponível em: [https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/12/ocupando-a-politica-mulheres-sem-teto-lancam-candidatura-coletiva-em-sao-paulo/?fbclid=IwAR1UZ47IZ9lQlgBheQqO8vArWr6W\\_oxIU-1-KSMbkRzR1ZhmUODJwl7473k](https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/12/ocupando-a-politica-mulheres-sem-teto-lancam-candidatura-coletiva-em-sao-paulo/?fbclid=IwAR1UZ47IZ9lQlgBheQqO8vArWr6W_oxIU-1-KSMbkRzR1ZhmUODJwl7473k)



## Referências

- ALVES, Giovanni *et al.* *Enciclopédia do golpe*. Bauru: Canal 6, 2017.
- ALVES, Giovanni *et al.* *Enciclopédia do golpe. Vol. 2: o papel da mídia*. Bauru: Canal 6, 2018.
- AZZURA, Cinzia; BATTHACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo. A ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Ed. Filosófica Politeia, 2019.
- BUTLER, Judith. *Discurso de ódio. Uma política do performativo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2000.
- COOPER, Melinda. *Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism*. New York: Zone Books, 2017.
- COSTA, Petra. *Democracia em vertigem*, documentário, 2015.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomia do novo neoliberalismo. Tradução publicada no site do Instituto Humanitas (Unisinos). Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval%23>. Acesso em: 18/01/2020.
- DEMOCRACIA em vertigem. (Documentário) Direção: Petra Costa. Produção: Busca Vida Filmes, 2019, Netflix, (113 min.).
- DIAPP (Diretoria de Análises de Políticas Públicas). *Encarceramento feminino*. Policy Paper Segurança e Cidadania. Rio de Janeiro: FGV, 2018.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.
- FOUCAULT, Michel. Le jeu de Michel Foucault (entretien sur l'*Histoire de la sexualité*). In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*, vol. III. Paris: Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GALVÃO, Ana Carolina; Z Aidan, Claudia Santana de Mattos; SALGUEIRO, Wilberth. *Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise*. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- GERALDES, Elen Cristina *et al.* *Mídia, misoginia e golpe*. Brasília: FacUnB, 2016.
- GUIMARÃES, Juarez. A ditadura neoliberal e os caminhos para vencê-la. *Carta Maior*. Fev. 2018. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-ditadura-neoliberal-e-os-caminhos-para-vence-la/4/39391>. Acesso em: 19/01/2020.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Ed. Loyola, 2011.
- JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

- KLEIN, Naomi. *The Shock Doctrine*. The rise of disaster capitalism. New York: Metropolitan Books, 2007.
- MACHADO, Igor Renó (org.). Dossiê “Antropologia do impeachment”. *R@U – Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 8, n. 2, p. 6-65, jul./dez. 2016.
- MALUF, Sônia Weidner. Políticas da família, neoliberalismo e conservadorismos no Brasil, 2021. (Manuscrito submetido).
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Polêmicas sobre a definição do impeachment de Dilma Rousseff como golpe de Estado. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 14, n. 2, p. 67-102, 2020.
- MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016.
- MIGUEL, Luis Felipe. *O colapso da democracia no Brasil*. Da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.
- NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. *Estudos Avançados*, v. 33, n. 96, p. 397-420, 2019.
- PAXTON, Robert O. *Anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PINHEIRO, Luana *et al.* Os desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da Pnad Contínua. *Textos para Discussão*. IPEA, 2019.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *A Democracia Impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2017.
- SANTOS, Cláudio Hamilton; GENTIL, Denise Lobato. A CF/88 e as finanças públicas brasileiras. In: CARDOSO JR, José Celso (org.). *A Constituição brasileira de 1988 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômica e social*. Brasília: Ipea, 2009, p. 123-160.
- SCHILD, Verónica. Feminism and Neoliberalism in Latin America. *New Left Review*, n. 96, p. 59-74, 2015.
- SOUZA, Daniel Maurício Viana de. *O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil*. Pelotas: EdUFPEl, 2021.
- TIBURI, Marcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. *Revista Cult*, julho de 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/>. Acesso em: 18/01/2020.
- WACQUANT, Lóic. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, 2012.

### Notas de autoria

**Sônia Weidner Maluf** é Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC e pesquisadora do CNPq. Tem doutorado em Antropologia Social e Etnologia pela Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, França. Coordena do Núcleo de Antropologia do Contemporâneo (Transes/UFSC) e é coordenadora executiva do INCT Brasil Plural. E-mail: soniawmaluf@gmail.com.

### Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

MALUF, Sônia Weidner. O golpe de 2016, as mulheres e o futuro da democracia: neoliberalismo,

desigualdade e misoginia. *Sæculum – Revista de História*, v. 26, n. 45, p. 140-158, 2021.

**Contribuição de autoria**

Não se aplica.

**Financiamento**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

**Consentimento de uso de imagem**

Não se aplica.

**Aprovação de comitê de ética em pesquisa**

Não se aplica.

**Licença de uso**

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

**Histórico**

Recebido em 10/05/2021.

Modificações solicitadas em 12/08/2021.

Aprovado em 13/10/2021.